

PESQUISA PARTICIPANTE OU PESQUISA PARTICIPATIVA: mais um tipo de abordagem qualitativa em pesquisa

Luiz Carlos dos Santos

No texto anterior ficaram evidenciadas as características da Pesquisa-Ação; bem como se registrou a confusão que alguns estudiosos fazem em relação à Pesquisa Participante - alguns tratando-os como sinônimo. É importante frisar que as duas modalidades de abordagem são relacionadas a temas investigativos, na qual a metodologia procura elucidar o fenômeno/ocorrência/fato de origem social, enquanto linha de pesquisa associada a diversas formas de ação coletiva que é orientada em função da resolução de problemas ou de objetivos de transformação.

Por outro lado, apesar dos dois tipos de abordagem privilegiarem o lado empírico, há neles quadros de referência teórica sem os quais a pesquisa empírica (de campo) - pesquisa-ação, pesquisa participante ou não - inexistiria sentido.

Quanto à origem, a literatura aponta que os estudos são derivativos da Pesquisa-Ação lewiniana; em outras palavras, surgiu como forma alternativa, embora, muitas vezes, tenha-se direcionado por um sentido distorcido de Pesquisa-Ação, na qual o conhecimento adquirido pode ser usado para manipular pessoas, sejam os trabalhadores nas corporações ou indústria, seja um grupo em comunidade, como ocorreu em alguns programas de melhoria dos recursos humanos e desenvolvimento das relações humanas, nos Estados Unidos e na Europa, inspirados nos pressupostos da Pesquisa-Ação de Lewin, como menciona Chizzotti (2006).

Esclareça-se, de início, que a Pesquisa Participativa é um conceito elástico, abrigando concepções e práticas de investigação sob diferentes nomes, que partem de premissas similares e revelam diferentes aspectos do processo participativo com a finalidade de orientar a prática. A evolução da Pesquisa Participativa deve-se a um crescente grupo de pesquisadores que, na década de 60 do século passado, principalmente na América Latina, opuseram-se à dominância dos pressupostos da pesquisa positivista e estruturalista. Isso porque o paradigma convencional foi identificado como parte dos problemas sociais antes que, pelo menos, fosse visualizada a solução desses problemas, prestando-se muito mais à consolidação dos interesses dominantes de uma elite restrita do que para uma contribuição efetiva capaz de resolver os graves conflitos de uma ampla maioria, historicamente alijada dos frutos do trabalho, como assevera Chizzotti (2006).

Assim, pesquisadores buscaram formas de pesquisa social que se mostrassem mais adequadas para investigar a densidade das contradições sociais e pudessem, de alguma maneira, contribuir para descoberta das soluções dos conflitos e, ainda, instruir a investigação para uma práxis transformadora. Citam-se nesta esteira de expoentes: Borda (1978); Moser (1978); Schutter (1981); Fernandez & Tandon (1981); Hall et al (1981); Kemmis & McTaggart (1988); Young (1989); Jorgensen (1989); Cancian & Armstead (1993); Bodgan & Biklen (1994); Johson (1994); Chizzotti, dentre outros. Estes autores buscaram o reconhecimento no meio das ciências sociais da abordagem em tela, como alternativa mais apta de pesquisa para auxiliar no reconhecimento da realidade, afrontar as condições sociais adversas, identificar, analisar e subverter as relações sociais de poder de dominação e, instituir uma ação transformadora.

Entende-se, portanto, que uma pesquisa participante é um processo para alcançar outra situação e, ainda que pressuponha momentos distintos entre si, a singularidade de cada momento é parte de um universo, do qual todos são co-autores participantes do processo de produção do conhecimento a ser incorporado na ação. Frise-se que, de acordo com as lições extraídas dos autores da área, a participação efetiva, concreta, dos envolvidos na pesquisa não se limita à delegação de tarefas parcelares de um mero conhecimento operante e instrumental, dada por uma elite profissional, aos membros de uma população. Ainda que tenham níveis de formação diferenciados, todos são detentores do conhecimento produzido e controladores do processo de pesquisa.

Ressalte-se que, libertos de primitivas condições, hábitos ou costumes sociais, trabalhando juntos em grupo com meios adequados de comunicação, os pesquisadores podem conseguir superar uma atitude imediata, feita de rotinas, reconhecer sua atividade prática voltada para a consecução de seus próprios fins e interesses, mesmo que delimitada pelos constrangimentos das relações sociais, por forças opositoras, que buscam confundir os objetivos da pesquisa ou demover parcelas dos nela envolvidos.

Urge, porém, registrar que, o pesquisador deve imbuir-se das limitações de seu conhecimento sobre a realidade local, admitir relativa ignorância da realidade, esforçando-se para compreender empaticamente as necessidades, expectativas e sentimentos das pessoas, mas também munir-se de conhecimentos sobre as condições histórico-políticas e socioeconômicas que determinam de forma patente as relações e conflitos entre membros de um grupo ou comunidade local.

Conclui-se que a pesquisa participante considera que o conhecimento pode tornar-se um instrumento significativo de poder e controle e, ao mesmo tempo, um processo oportuno de

formação. Assim, todo processo de investigação é concebido como um aprendizado educativo e todas as atividades, consideradas como ocasião de ampliação do conhecimento da realidade o qual dará suporte às decisões e garantirá uma unidade ideológica e ética entre o pensamento e a ação. É sem dúvida, uma abordagem que se opõe à pesquisa tradicional, na qual o pesquisador gera a idéia para o projeto, define métodos e interpreta a realidade, considerando que é uma tarefa profissional de especialistas habilitados para conduzir e controlar todas as etapas da pesquisa e redigir, ao final, um relatório técnico pessoal de comunicação dos resultados alcançados.



LUIZ CARLOS DOS SANTOS
www.lcsantos.pro.br